

adolescentes tornam-se propensos a experimentar sintomas de TDAH.

Nesse trecho, estabelece-se entre as ideias expostas uma relação de:

- a) causa.
- b) finalidade.
- c) temporalidade.
- d) proporção.
- e) comparação.

4) Em: “*Ainda é cedo*”, temos:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito composto.
- c) Sujeito desinencial.
- d) Sujeito indeterminado.
- e) Oração sem sujeito.

5) Assinale a opção que indica a frase em que a preposição **de** tem sua presença na frase por uma exigência de um termo anterior.

- a) “*minha memória traz os tempos de estudo*”.
- b) “*meus anos de Ensino Médio foram, sim, muito significativos*”.
- c) “*tenho plena consciência de que um ensino inovador pode surgir*”.
- d) “*uma roda de conversa na escola*”.
- e) “*nos permite entrar em contato de forma sistemática*”.

6) A função sintática do termo destacado na frase: O **Ubuntu é a melhor versão para iniciantes** é:

- a) objeto direto.
- b) adjunto adverbial.
- c) adjunto adnominal.
- d) predicativo do objeto.
- e) predicativo do sujeito.

7) A frase abaixo cuja lacuna deve ser preenchida pela primeira das palavras colocadas entre parênteses é:

- a) O senador declarou que respeitava muito o seu _____. (mandado/mandato);
- b) Muitos detalhes do crime passaram _____. (desapercebidos / despercebidos);

c) O _____ em computação fora trazido dos Estados Unidos. (esperto / experto);

d) Muitos dos acusados tinham receio de terem _____ os seus postos. (caçados / cassados);

e) O automóvel precisava de _____ urgente. (conserto / concerto).

DIREITO CONSTITUCIONAL

8) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais,

a) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

b) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

d) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

e) são gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

9) O tema servidores públicos, também para o contexto dos Municípios, tem parte importante do seu universo de princípios e regras extraído da Constituição Federal, sendo INCORRETO afirmar que:

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

b) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

c) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

d) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, o que inclui as respectivas ações de ressarcimento.

e) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

10) Qual recurso cabível contra sentença proferida por Juiz Federal nas ações em que figurem como parte Estado Estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e do outro, pessoa domiciliada no País?

a) Recurso de apelação para o Tribunal Regional Federal.

b) Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.

c) Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

d) Mandado de segurança para o Tribunal Regional Federal.

e) Recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.

11) São funções institucionais do Ministério Público, EXCETO:

a) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

b) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

c) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações ribeirinhas.

d) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

e) Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe

vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

12) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão visa a:

a) impugnar lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal.

b) impugnar ato dos poderes estaduais ou distritais que infrinja princípio constitucional sensível, de maneira a promover a sua declaração de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e a requisitar a decretação de intervenção federal ao Presidente da República.

c) adotar medida necessária para tornar efetiva norma constitucional federal.

d) solucionar controvérsia judicial relevante sobre a aplicação de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal.

e) evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, bem como solucionar controvérsia constitucional a respeito de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO

13) Com base nos princípios do Direito Administrativo e no entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

a) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a norma local que proíbe a contratação, pelo Município, dos parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até 6 (seis) meses após o fim do exercício das respectivas funções, ofende o princípio da legalidade e invade a competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação.

b) Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que não ofende o princípio da isonomia a remarcação da prova física de concurso público para candidata gestante.

c) O princípio da eficiência veio expressamente previsto no ordenamento jurídico brasileiro com a redação original da Constituição Federal de 1988 e significa o dever da Administração Pública realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.

d) Conforme o princípio da autotutela, a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

e) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou do servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício do cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas não viola a Constituição Federal.

14) Os poderes da administração constituem prerrogativas especiais para que sejam satisfeitas as finalidades públicas. Dentro dessa análise, quando um município realiza a interdição de uma obra, por ausência de alvará, mostra dessa maneira a atuação do poder:

- a) Hierárquico.
- b) Vinculado.
- c) Regulamentar.
- d) De polícia.
- e) Disciplinar.

15) De acordo com a lei nº 8.429/92, são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, **EXCETO**:

- a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- b) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- c) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

e) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

DIREITO CIVIL

16) Considerando as disposições sobre o instituto da Ausência previstas no Código Civil Brasileiro, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. Pode ser declarada a ausência, e se nomear curador, quando o sujeito deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.

II. O cônjuge do ausente, mesmo que esteja separado de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

III. Se durante a posse provisória se provar a época exata do falecimento do ausente, considerar-se-á, nessa data, aberta a sucessão em favor dos herdeiros, que o eram àquele tempo.

IV. Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.

V. Qualquer herdeiro poder ser imitado desde logo na posse dos bens do ausente, independentemente do oferecimento de garantias de restituição.

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

17) Com base no Código Civil, a respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- b) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

c) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.

e) A validade do negócio jurídico independe da capacidade do agente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18) Quanto aos sujeitos do processo, é correto afirmar:

a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz de imediato extinguirá o processo, por falta de pressuposto essencial de admissibilidade.

b) Nem toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, o que pressupõe capacidade postulatória.

c) O juiz nomeará curador especial ao réu preso, revel ou não, bem como ao citado com hora certa ou por edital, desde que os direitos sejam indisponíveis.

d) Os cônjuges não necessitam do consentimento um do outro para propor qualquer ação, de direito pessoal ou real, seja qual for o regime matrimonial de bens, pois são isonômicos os seus direitos.

e) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de composses ou de ato por ambos praticados.

19) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de:

a) cinco dias.

b) três dias.

c) quarenta e oito horas.

d) quinze dias

e) trinta dias.

20) A técnica do recurso adesivo não é cabível:

a) Na apelação e no agravo de instrumento.

b) Na apelação e no recurso especial.

c) Na apelação e no recurso extraordinário.

d) No recurso especial e no recurso extraordinário

e) No agravo de instrumento e no agravo interno.

DIREITO PENAL

21) Em relação ao direito penal, quanto ao concurso de pessoas é **CORRETO** afirmar:

a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, não havendo distinção em razão da maior ou menor culpabilidade.

b) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de 1/5 (um quinto) a 1/2 (metade).

c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até a 1/3 (um terço), na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo que elementares do crime.

e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

22) De acordo com os principais teóricos do direito penal, a teoria da imputação objetiva se refere especificamente à

a) culpabilidade.

b) antijuridicidade.

c) tipicidade material.

d) relação de causalidade.

e) punibilidade.

23) Caracteriza crime de falsidade ideológica a conduta consistente em:

a) omitir que está empregado ao preencher cadastro público para obtenção de benefício social.

b) trocar a foto do documento de identificação por outra, própria, mais recente.

c) fingir que é outra pessoa para obter algum benefício, como o ingresso em evento privado.

d) utilizar o título de eleitor do irmão que se encontre em viagem para votar em seu lugar.

e) alterar por conta própria o nome que consta na carteira nacional de habilitação.

24) Vantuir e Lúcio cometeram, em momentos distintos e sem associação, crimes previstos na Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006). No momento da ação, Vantuir, em razão de dependência química e de estar sob influência de entorpecentes, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Lúcio, ao agir, estava sob efeito de droga, proveniente de caso fortuito, sendo também incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Nessas situações hipotéticas, qualquer que tenha sido a infração penal praticada,

a) Vantuir terá direito à redução de pena de um a dois terços e Lúcio será isento de pena.

b) somente Vantuir será isento de pena.

c) Lúcio e Vantuir serão isentos de pena.

d) somente Lúcio terá direito à redução de pena de um a dois terços.

e) Lúcio e Vantuir terão direito à redução de pena de um a dois terços.

25) A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 8.072/1990, assinale a opção correta.

a) O agente que pratica homicídio simples, consumado ou tentado, não comete crime hediondo.

b) A prática de racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível.

c) A tortura é crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.

d) O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra parente consanguíneo até o quarto grau de agente da segurança pública, em razão dessa condição.

e) A lei penal e a processual penal retroagem para beneficiar o réu.

26) Considerando o disposto na Lei n.º 11.343/2006 e o posicionamento jurisprudencial e doutrinário dominantes sobre a matéria regida por essa lei, assinale a opção correta.

a) Em processo de tráfico internacional de drogas, basta a primariedade para a aplicação da redução da pena.

b) Dado o instituto da delação premiada previsto nessa lei, ao acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial podem ser concedidos os benefícios da redução de pena, do perdão judicial ou da aplicação de regime penitenciário mais brando.

c) É vedada à autoridade policial a destruição de plantações ilícitas de substâncias entorpecentes antes da realização de laudo pericial definitivo, por perito oficial, no local do plantio.

d) Para a configuração da transnacionalidade do delito de tráfico ilícito de drogas, não se exige a efetiva transposição de fronteiras nem efetiva coautoria ou participação de agentes de estados diversos.

e) O crime de associação para o tráfico se consuma com a mera união dos envolvidos, ainda que de forma individual e ocasional.

27 - Se o funcionário público pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, incorre na prática do crime de:

a) condescendência criminosa.

b) peculato

c) concussão.

d) prevaricação

e) corrupção passiva privilegiada

28) À luz do Código Penal, sobre a falsidade documental nos crimes contra a fé pública,

a) a falsificação de um documento emanado de sociedade de economia mista federal caracteriza o crime de falsificação de documento público.

b) equipara-se a documento público para caracterização do crime de falsificação de documento público o cartão de crédito ou débito.

c) se o autor do crime de falsificação de selo ou sinal público é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é aumentada de um terço.

d) aquele que faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado declaração falsa ou

diversa da que deveria ter constado estará sujeito às penas cominadas ao crime de falsidade ideológica.

e) o médico que dá, no exercício de sua função, atestado falso com o fim lucrativo estará sujeito à pena privativa de liberdade cominada ao delito de falsidade de atestado médico aumentada de metade.

29) Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

a) Aquele que falsifica documento público e em seguida o utiliza responde pela falsificação e pelo uso, em concurso material.

b) Considere que o agente, consultando os autos do processo-crime no qual figura como réu, ao se deparar com provas inequívocas de materialidade e autoria, as retire do processo e destrua. Responderá pelo crime de supressão de documento.

c) Aquele que adultera sinal identificador de veículo automotor responde por crime previsto no art. 311 do Código Penal. O mesmo artigo determina que se o agente cometer o crime no exercício da função pública, a pena será aumentada de metade.

d) Aquele que figura como “testa de ferro”, permitindo o uso de seu nome como possuidor de ação, título ou valor pertencentes a estrangeiro, em relação a quem a posse é proibida por lei, pratica crime punido com reclusão e multa.

e) Se o crime de falsidade de atestado médico for praticado com o fim de lucro, a pena será aumentada de 1/3.

30) Acerca dos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

a) Aquele que falsifica, fabricando ou alterando, selo destinado a controle tributário responde pelo crime de falsificação de selo ou sinal público, previsto no art. 296 do Código Penal.

b) A falsificação, no todo ou em parte, de atestado, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público configura o crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal.

c) O princípio da insignificância, causa supralegal de exclusão da tipicidade, não se aplica ao crime de moeda falsa.

d) O crime de uso de documento falso é material, ou seja, para a consumação exige-se a obtenção de proveito.

e) O crime de falsidade de atestado médico envolve também como conduta típica a opinião emitida pelo profissional, ainda que equivocada.

PROCESSO PENAL

31) O recurso cabível da decisão que indeferir o pedido de restituição de coisa apreendida é

a) Mandado de Segurança.

b) recurso em sentido estrito.

c) correção parcial.

d) agravo em execução.

e) apelação.

32) Sobre o tema Ação Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

II. A representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.

III. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) II, apenas.

33) Cláudio, maior e capaz, residente e domiciliado em Goiânia – GO, praticou determinado crime, para o qual é prevista ação penal privada, em Anápolis – GO. A vítima do crime, Artur, maior e capaz, é residente e domiciliada em Mineiros – GO. Nessa situação hipotética, considerando-se o disposto no Código de Processo Penal, o foro competente para processar e

julgar eventual ação privada proposta por Artur contra Cláudio será:

- a) Anápolis – GO ou Goiânia – GO.
- b) Goiânia – GO ou Mineiros – GO.
- c) Goiânia – GO, exclusivamente.
- d) Anápolis – GO, exclusivamente.
- e) Mineiros – GO, exclusivamente.

34) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) É consolidado o entendimento dos Tribunais admitindo a possibilidade de *reformatio in mellius* no recurso impetrado exclusivamente pela acusação;
- b) É vedada a *reformatio in pejus* direta em recurso exclusivo da defesa;
- c) O recurso em sentido estrito e a carta testemunhável possuem o efeito regressivo;
- d) Nas hipóteses de recurso *ex officio* (remessa obrigatória) opera o efeito translativo, devolvendo-se à instância superior o conhecimento integral da causa, vedada apenas ao órgão ad quem proceder à *reformatio in pejus*;
- e) O efeito extensivo dos recursos se verifica nas hipóteses de concurso de agentes, quando a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos corréus.

35) Assinale a alternativa **correta**:

- a) É cabível o recurso em sentido estrito nas hipóteses de improcedência das exceções de incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada;
- b) É de cinco dias o prazo para apresentação das razões do recurso em sentido estrito;
- c) É cabível a apelação na hipótese de rejeição da denúncia e da queixa no âmbito dos Juizados Especiais Criminais;
- d) É cabível o recurso em sentido estrito em caso de nulidade posterior à pronúncia;
- e) É cabível o recurso em sentido estrito contra a sentença de impronúncia.

36) No que tange à competência, o Direito Processual Penal brasileiro adotou, como regra, a teoria da(o):

- a) ubiquidade.
- b) atividade.
- c) alternatividade.
- d) equivalência dos antecedentes causais.
- e) resultado.

37) O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Antônio pela suposta prática do crime de peculato. O juiz, porém, considerando a ausência de justa causa, rejeitou a denúncia oferecida. Em razão disso, intimado pessoalmente, o Promotor de Justiça entregou ao cartório o procedimento com o recurso cabível.

O recurso apresentado pelo Ministério Público aos serventuários de Justiça é o de:

- a) recurso em sentido estrito;
- b) embargos infringentes;
- c) embargos de declaração;
- d) apelação;
- e) agravo.

38) Conforme a Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores, a suspensão condicional do processo:

- a) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for inferior a um ano.
- b) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano, mas não ultrapassar dois anos.
- c) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual a um ano.
- d) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano.
- e) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena

mínima cominada resultante do somatório for igual ou inferior a dois anos.

39) Dispõe a Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, Juizado Especial Criminal, que **NÃO** é critério de orientação processual no Juizado Especial Criminal:

- a) A oralidade.
- b) A formalidade.
- c) A celeridade.

d) A economia processual.

e) Informalidade

40) Quando o inquérito policial é instaurado a partir de um auto de prisão em flagrante delito, diz-se haver:

- a) *notitia criminis* inqualificada.
- b) *delatio criminis* postulatória.
- c) *notitia criminis* de cognição imediata.
- d) *notitia criminis* de cognição mediata.
- e) *notitia criminis* de cognição coercitiva.

PROVA DICURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA DA PROVA ESCRITA, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.

- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.

- Na folha de texto definitiva, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

- Na avaliação da prova escrita, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até 100,00 pontos, dos quais até 10,00 pontos serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) e 20,00 pontos ao quesito do domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

No âmbito do processo penal, a pretensão punitiva é exercida por intermédio da ação penal. De acordo com a doutrina majoritária, ação penal é o direito público subjetivo de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. Isto é, é o direito que a parte acusadora (Ministério Público ou o particular) tem de, mediante o devido processo legal, provocar o Estado a dizer o direito objetivo no caso concreto.

Nesse contexto, discorra sobre a classificação das ações penais [**valor: 25 pontos**], suas subespécies (ou subclassificações) [**valor: 25 pontos**] e informe os principais princípios que as regem [**valor: 20 pontos**].

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

